

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – CAEN

Nº 03

RELATÓRIO DE PESQUISA

O ESTADO DO CEARÁ DE TASSO JEREISSATI A CID GOMES

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA COM O NORDESTE E BRASIL
A PARTIR DA EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES
SOCIAIS NAS ZONAS METROPOLITANA, RURAL E URBANA**

(Inclui microdados da PNAD/IBGE 1995-2007)

Setembro 2008

Apoio:



O Laboratório de Estudos da Pobreza é um centro de pesquisa instituído no Curso de Pós-Graduação em Economia (CAEN), da Universidade Federal do Ceará (UFC), tendo como finalidade principal desenvolver pesquisas sobre a pobreza e desigualdade social no Brasil, com preocupações especiais nos problemas do Nordeste e Ceará, servindo de subsídios no desenho de políticas públicas nessa área.

Coordenador Executivo do LEP/CAEN/UFC

Flávio Ataliba Barreto

Texto disponível em <http://www.caen.ufc.br/index.php/pesquisa/laboratorio-de-estudos-da-pobreza>

Autores

Flávio Ataliba Barreto (ataliba@ufc.br)

Coordenador Executivo do LEP/UFC

Professor CAEN/UFC

Carlos Alberto Manso (carlos_manso@caen.ufc.br)

Pesquisador do LEP/UFC, Doutorando CAEN/UFC

Paulo Faustino Matos

Pesquisador do LEP, Professor CAEN/UFC

Pedro Andrade da Costa

Assistente de Pesquisa do LEP/UFC

I. INTRODUÇÃO

Esse documento apresenta informações sobre a evolução recente de alguns dos principais indicadores de renda, pobreza e desigualdade de renda do Brasil, Região Nordeste e do Estado do Ceará. A análise é feita a partir de 1995 quando do início do 2º governo Tasso Jereissati, até 2007 o primeiro ano do governador Cid Gomes. A análise das informações é dividida entre os sub-períodos 1995-2002, 2002-2006 e 2006-2007, onde o período intermediário corresponde ao governo Lúcio Alcântara.

Todas as informações levantadas foram calculadas a partir dos microdados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio, PNAD, do IBGE, incluindo a última edição de 2007. São feitas também comparações de desempenho de indicadores, levando-se em conta as regiões metropolitanas, rurais e urbanas das diversas regiões do país. Os indicadores utilizados nessa pesquisa estão descritos abaixo com suas respectivas tabelas:

- i. Tabela 1: Renda Média Familiar Per Capita;
- ii. Tabela 2: Renda Média Familiar Per Capita entre os Pobres;
- iii. Tabela 3: Renda Média Familiar Per Capita entre os Indigentes;
- iv. Tabela 4: Número de Pobres;
- v. Tabela 5: Número de Indigentes;
- vi. Tabela 6: Proporção de Pobres, $P(0)$;
- vii. Tabela 7: Número de Indigentes;
- viii. Tabela 8: Índice de Gini da Renda Familiar per Capita;

Para a obtenção dessas informações, utilizou-se como referência uma linha de pobreza que corresponde à metade do valor do salário mínimo em 2007, ou seja, R\$ 190,00. Por outro lado, em termos de renda, concentrou-se a análise na renda familiar per capita de todas as fontes, procedimento padrão adotado pelo IBGE. Os deflatores de renda utilizados foram obtidos através do IPEADATA e, para alguns anos específicos, são os seguintes: 0,6603 para 1995, 1,0668 para 2002, 1,4394 para 2006 e 1,5094 para o ano de 2007. A série completa de deflatores da PNAD está disponível no site do IPEADATA. Por fim, deve-se ainda mencionar que todas as variáveis monetárias apresentadas estão em Reais de setembro de 2007, mês de realização da PNAD.

II. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

II.1 EVOLUÇÃO DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA MÉDIA

A TABELA 1, abaixo, apresenta informações relativas à evolução da renda familiar per capita para o Ceará, Nordeste e Brasil. É verificado também o comportamento dessa variável em termos das zonas metropolitana, rural e urbana, para os anos de 1995, 2002, 2006 e 2007, tanto em nível como em termos de suas taxas de crescimento nesses períodos. Nas últimas linhas das tabelas são apresentados o *rank* do Ceará em termos de Brasil e região Nordeste.

TABELA 1: Renda Familiar *per capita* Média

	1995	2002	2006	2007	(95-02)%	(02-06)%	(06-07)%	(95-07)%
Ceará	246,42	252,68	282,00	293,34	2,54%	11,60%	4,02%	19,04%
Metropolitano	393,66	377,38	395,05	402,74	-4,14%	4,68%	1,95%	2,31%
Rural	94,43	114,54	136,64	155,16	21,30%	19,29%	13,55%	64,31%
Urbano	233,84	199,80	242,59	251,84	-14,56%	21,42%	3,81%	7,70%
Nordeste	246,43	255,94	303,25	312,45	3,86%	18,48%	3,03%	26,79%
Metropolitano	415,88	421,96	444,61	449,40	1,46%	5,37%	1,08%	8,06%
Rural	125,56	119,24	147,56	169,43	-5,03%	23,75%	14,82%	34,94%
Urbano	273,58	269,66	333,01	335,11	-1,43%	23,49%	0,63%	22,49%
Brasil	466,13	463,16	513,27	527,35	-0,64%	10,82%	2,74%	13,13%
Metropolitano	689,20	635,82	678,71	694,54	-7,75%	6,75%	2,33%	0,77%
Rural	178,64	182,43	228,89	247,96	2,12%	25,47%	8,33%	38,80%
Urbano	445,88	440,67	502,27	513,73	-1,17%	13,98%	2,28%	15,22%
Ranks Ceará **								
<i>rank nacional</i>	24 ^o	24 ^o	26 ^o	26 ^o	13 ^o	15 ^o	13 ^o	16 ^o
<i>rank regional</i>	7 ^o	6 ^o	8 ^o	8 ^o	6 ^o	8 ^o	5 ^o	7 ^o

Fonte: elaboração do LEP/CAEN a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notas: * valores em reais de setembro de 2007, deflacionados pelo INPC.

** rank nacional do Ceará entre as 27 unidades federativas do Brasil (26 estados e o Distrito Federal).

** rank regional do Ceará entre os 9 estados da região Nordeste.

** elaborados da maior para a menor renda e, para as variações, do maior para o menor aumento na renda.

Pode-se observar que, a preços de 2007, a renda média cearense passou de R\$ 282,00 em 2006 para R\$ 293,34 em 2007, representando um acréscimo de 4,02%. A variação da renda no Nordeste foi menos expressiva que do Ceará saindo de um valor médio de R\$ 303,25 nesse mesmo ano para R\$ 312,45 em 2007. Desempenho mais importante ainda foi obtido em relação ao país onde a renda familiar passou de R\$ 513,27 nesse ano para R\$ 527,35 em 2007, representando um acréscimo de apenas 2,74%. O desempenho recente dessa variável indica que as rendas médias do Ceará e do Nordeste se aproximaram mais da nacional, uma vez que enquanto em 2006 o Ceará

representava por volta de 54,94% da renda familiar do país e o Nordeste 59,08%, essas relações aumentaram para 55,62% e 59,25% respectivamente.

Examinando a evolução do Ceará em termos do período como um todo (1995 a 2007), constata-se que a renda do Estado teve um crescimento de 19,04%, no entanto inferior ao desempenho nordestino que foi de 26,79%, mas ainda superior ao Nacional que ficou em 13,13%. Resultado semelhante ocorreu quando se comparam os subperíodos correspondentes aos do Governo Fernando Henrique (1995 a 2002) e ao do Governo Lula (2002-2006). É de se notar que o crescimento verificado no Governo Lula foi superior ao do Governo Fernando Henrique. No caso do Ceará, por exemplo, assistimos a uma variação de 11,6% entre 2002-2006 contra 2,54% no período anterior. Em termos de Nordeste, a diferença de crescimento ainda foi mais expressiva passando de 3,86% para 18,48%, enquanto que no Brasil saiu-se de -0,64% para 10,82% no Governo Lula.

Quando se analisa a distribuição da renda familiar per capita entre as zonas metropolitanas, rurais e urbanas, verifica-se que as regiões metropolitanas do país concentram a maior parte da renda. No caso do Ceará, para 2007 a renda média da região metropolitana é quase 38% maior que a média do Estado e duas vezes e meia a da zona rural. Quando comparado a 2006, percebe-se que houve uma redução nessa proporção, o que significa que a renda na zona rural cresceu mais que a média do Estado.

A estrutura espacial de distribuição da renda do Ceará é de certa forma semelhante ao que ocorrem com a Região Nordeste e com o país. No entanto, comparando-se o desempenho dessa renda durante o período 1995 a 2007, verifica-se que a expansão da renda na área rural foi bem mais expressiva que nas outras zonas, tanto para o Brasil, como para o Nordeste e Ceará, com destaque para esse último, onde o crescimento foi de mais de 40%.

Outro resultado importante é que a expansão da renda na área rural tanto para o Nordeste quanto para o Brasil foi muito mais forte no período 2002-2006 comparativamente a 1995-2002. No entanto, no caso do Ceará, a despeito do desempenho na área rural ter sido bastante expressivo quando analisado juntamente com as outras zonas, os dois períodos apresentaram performances semelhantes, com ligeiro predomínio para o primeiro período.

As linhas de baixo da coluna apresentam o *ranking* do Ceará em relação aos outros estados da região Nordeste e do país. Percebe-se que o Ceará, em 2007, ainda

apresenta-se como um dos estados mais pobres da federação e com um desempenho intermediário, no total de 27 estados analisados, o que garante ser ainda o 26º Estado com menor nível de renda familiar per capita.

II.2 EVOLUÇÃO DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA MÉDIA DOS POBRES.

A evolução da renda familiar per capita dos pobres é apresentada na TABELA 2, abaixo. Nesse caso estamos definindo pobres aqueles indivíduos que recebem renda mensal inferior a R\$ 190,00 em 2007. Pode-se observar que em 2006 a renda média dos pobres no Ceará era de R\$ 94,19, valor inferior a média do Nordeste e do Brasil que eram respectivamente R\$ 105,47 e R\$ 104,83. No entanto, em 2007 essa renda média dos pobres passou para R\$ 91,56 contra R\$ 91,79 no Nordeste e R\$ 100,29 no Brasil.

Por outro lado, examinando o período completo, 1995 a 2007, a variação no Ceará foi de 11,86% superior a observada na região Nordeste e no Brasil que foram de 7,87% e 5,42%, respectivamente. Ademais, comparando os períodos (1995-2002) e (2002-2006), observa-se que no Ceará a variação foi praticamente a mesma, diferentemente do Nordeste e Brasil, onde as variações no segundo período foram superiores ao primeiro.

TABELA 2: Renda Familiar *per capita* Média dos Pobres *

	1995	2002	2006	2007	(95-02)%	(02-06)%	(06-07)%	(95-07)%
Ceará	81,85	87,81	94,19	91,56	7,28%	7,27%	-2,79%	11,86%
Metropolitano	99,64	98,69	106,44	103,00	-0,95%	7,85%	-3,23%	3,37%
Rural	67,69	72,60	79,97	78,66	7,25%	10,15%	-1,64%	16,21%
Urbano	86,44	90,44	94,66	91,95	4,63%	4,67%	-2,86%	6,37%
Nordeste	85,09	87,69	94,71	91,79	3,06%	8,01%	-3,08%	7,87%
Metropolitano	100,69	97,28	105,47	99,96	-3,39%	8,42%	-5,22%	-0,72%
Rural	73,65	77,72	83,03	82,90	5,53%	6,83%	-0,16%	12,56%
Urbano	92,24	92,26	100,46	96,07	0,02%	8,89%	-4,37%	4,15%
Brasil	95,13	98,63	104,83	100,29	3,68%	6,29%	-4,33%	5,42%
Metropolitano	106,25	104,41	110,96	105,49	-1,73%	6,27%	-4,93%	-0,72%
Rural	81,67	85,93	92,02	90,75	5,22%	7,09%	-1,38%	11,12%
Urbano	100,63	102,27	109,22	103,54	1,63%	6,80%	-5,20%	2,89%
Ranks Ceará **								
<i>rank nacional</i>	25º	23º	24º	22º	7º	14º	10º	3º
<i>rank regional</i>	7º	5º	6º	6º	2º	8º	4º	2º

Fonte: elaboração do LEP/CAEN a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notas: * valores em reais de setembro de 2007, deflacionados pelo INPC.

* linha de pobreza igual a 1/2 salário mínimo (R\$ 190,00 em reais de setembro de 2007).

** rank nacional do Ceará entre as 27 unidades federativas do Brasil (26 estados e o Distrito Federal).

** rank regional do Ceará entre os 9 estados da região Nordeste.

** elaborados da maior para a menor renda e, para as variações, do maior para o menor aumento na renda.

Quanto à distribuição espacial da renda dos pobres entre as zonas metropolitanas, rurais e urbanas, verifica-se que a área rural é aquela em que os pobres possuem níveis de renda mais baixos em todos os anos. Em particular, os novos números para 2007 mostram que os pobres que vivem na região metropolitana do Ceará têm uma renda 33% maior que na zona rural, sendo essa proporção um pouco menor no país e no Nordeste. Comparado com 2006, percebe-se que essa diferença aumentou.

Examinando o que aconteceu entre os períodos, percebe-se uma expressiva expansão da renda dos pobres na região metropolitana entre 2002 e 2006, tanto no Ceará, como no Nordeste e Brasil, quando comparado ao período 1995 a 2002. Nas áreas rurais houve também um pequeno aumento nesse segundo período quando comparado ao primeiro.

Em termos da posição do Ceará em relação a todos os estados da federação, constata-se que em 1995 ele ocupava a posição 25º lugar, ou seja, apenas dois estados tinham níveis inferiores ao Ceará. Em 2007 essa situação não mudou, apresentando apenas uma ligeira melhora no quadro nacional.

II.3 EVOLUÇÃO DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA MÉDIA DOS INDIGENTES.

Nessa pesquisa, indigentes são considerados aqueles indivíduos com renda inferior a 1/4 do salário mínimo, o que corresponde a R\$ 95,00 a preços de 2007. Verifica-se pela TABELA 3 que desde 1995 os níveis de renda desse grupo da população tanto para o Ceará, como no Nordeste e Brasil eram muito semelhantes e próximos a R\$ 51,00.

Observa também que a variação na renda média desse grupo foi muito pequena durante todo esse período. No caso do Ceará, por exemplo, enquanto a renda média dos indigentes cresceu 3,7% de 1995 a 2002, houve uma retração de 2002 a 2006. Importante observar ainda que o ganho de renda observado no primeiro período deveu-se principalmente à expansão da renda nas áreas metropolitanas e urbanas. Já no segundo período, apenas a renda dos indigentes na zona rural teve aumento. No entanto, quando se observa a expansão de 2007 relativas a 2006, verifica-se uma redução significativa na renda desse grupo, proveniente nas três áreas.

TABELA 3: Renda Familiar *per capita* Média dos Indigentes

	1995	2002	2006	2007	(95-02)%	(02-06)%	(06-07)%	(95-07)%
Ceará	50,15	52,01	51,85	49,82	3,71%	-0,31%	-3,92%	-0,66%
Metropolitano	54,70	55,91	52,43	52,30	2,21%	-6,22%	-0,25%	-4,39%
Rural	47,30	47,02	49,22	47,93	-0,59%	4,68%	-2,62%	1,33%
Urbano	52,53	54,10	54,06	50,02	2,99%	-0,07%	-7,47%	-4,78%
Nordeste	51,01	52,75	52,51	49,18	3,41%	-0,45%	-6,34%	-3,59%
Metropolitano	54,43	52,54	50,88	47,47	-3,47%	-3,16%	-6,70%	-12,79%
Rural	48,14	51,15	51,08	49,48	6,25%	-0,14%	-3,13%	2,78%
Urbano	54,09	54,31	54,46	49,37	0,41%	0,28%	-9,35%	-8,73%
Brasil	51,51	52,84	51,96	48,08	2,58%	-1,67%	-7,47%	-6,66%
Metropolitano	49,19	48,92	47,97	42,45	-0,55%	-1,94%	-11,51%	-13,70%
Rural	50,29	53,04	52,60	51,02	5,47%	-0,83%	-3,00%	1,45%
Urbano	53,56	54,27	53,13	48,02	1,33%	-2,10%	-9,62%	-10,34%
Ranks Ceará **								
<i>rank nacional</i>	20 ^o	21 ^o	16 ^o	8 ^o	11 ^o	11 ^o	6 ^o	6 ^o
<i>rank regional</i>	7 ^o	7 ^o	6 ^o	4 ^o	5 ^o	6 ^o	5 ^o	4 ^o

Fonte: elaboração do LEP/CAEN a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notas: * valores em reais de setembro de 2007, deflacionados pelo INPC.

* linha de indigência igual a 1/4 salário mínimo (R\$ 95,00 em reais de setembro de 2007).

** rank nacional do Ceará entre as 27 unidades federativas do Brasil (26 estados e o Distrito Federal).

** rank regional do Ceará entre os 9 estados da região Nordeste.

** elaborados da maior para a menor renda e, para as variações, do maior para o menor aumento na renda.

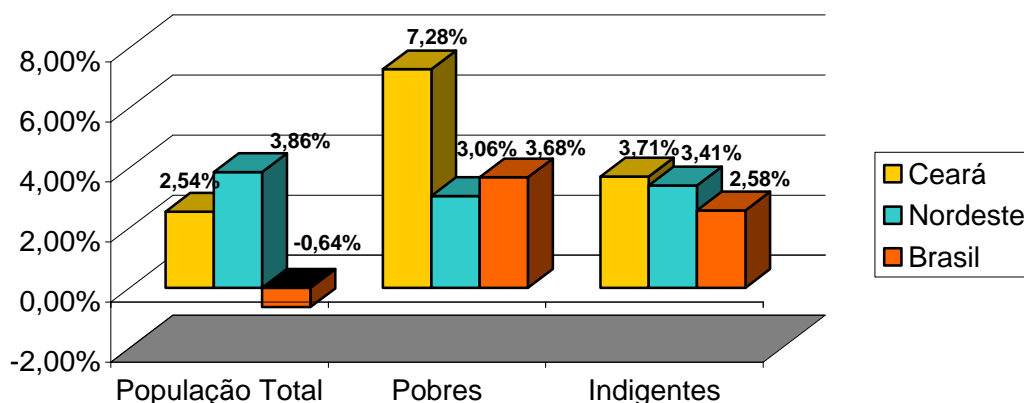
Examinando o comportamento da região Nordeste, identifica-se que, ao contrário do Ceará, a maior expansão da renda que ocorreu no primeiro período, e devido à expansão na zona rural (6,25%), enquanto que na região metropolitana o desempenho foi negativo. Por outro lado, na zona urbana ocorreu uma elevação muito pequena (0,41%). Ademais, no segundo período, houve perda de renda tanto na zona metropolitana, como na zona rural, mas com pequeno avanço na área urbana. Quando comparado o desempenho de 2007 com o de 2006, houve uma redução na renda de 6,34%, com destaque negativo para a zona metropolitana. Quanto ao Brasil, desempenho expressivo ocorreu apenas na zona rural entre 1995 e 2002, com crescimento de 5,47%. Em relação a 2007, houve também uma perda de 7,47% quando comparado a 2006, com destaque negativo novamente para a região metropolitana.

Comparando a Evolução da Renda Média, dos Pobres e dos Indigentes

Examinando a evolução da renda familiar média per capita do Ceará e comparando com o comportamento da renda média dos pobres e indigentes, através da FIGURA 1, abaixo, tem-se que, enquanto nos anos compreendidos de 1995 a 2002, a renda média cresce em média 2,54% ao ano, a dos pobres o aumento médio anual foi de 7,28%. Isso significa que nesse período os pobres passaram a se apropriar de uma

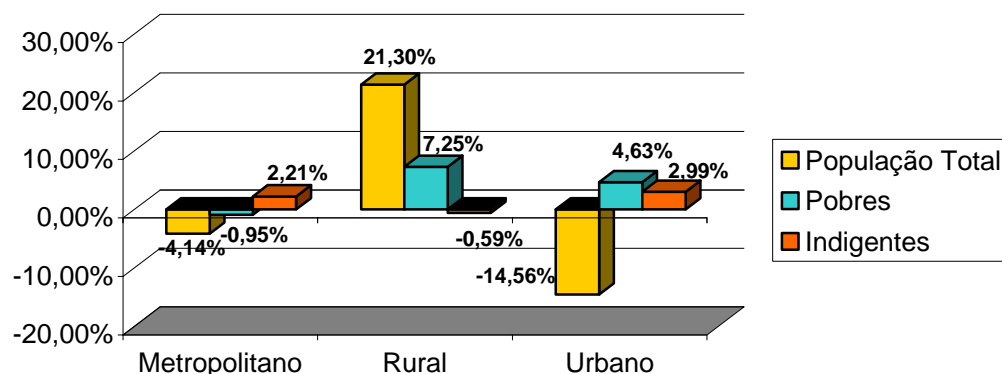
proporção maior da renda do Estado. Essa situação poderia ser caracterizada como crescimento “pró-pobre” ou a favor dos mais pobres. Entretanto, esse desempenho não é acompanhado pelo Nordeste, uma vez que a renda média nesse mesmo período cresceu em média 3,86% ao ano, contra 3,06% dos pobres. No Brasil, houve retração da renda média nesse período, para um crescimento da renda dos mais pobres de 3,68%.

**FUGURA 1: Variação da Renda Média
Período 1995 / 2002**



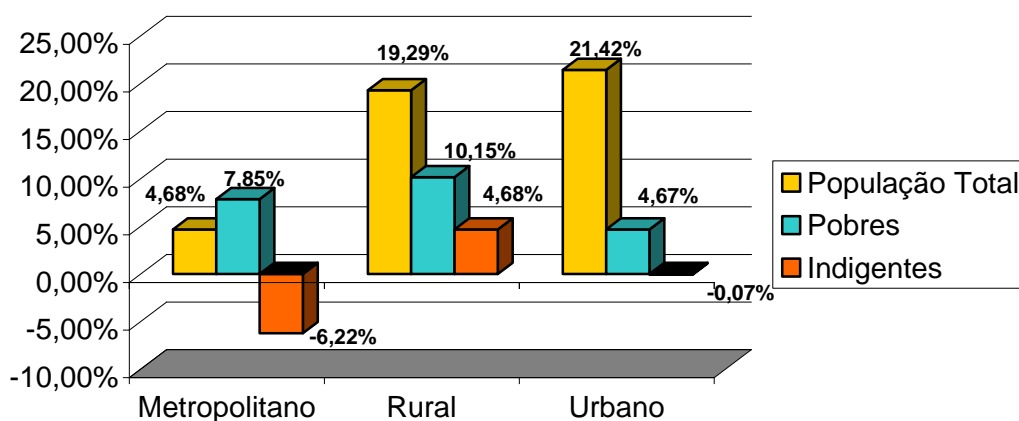
A despeito do crescimento da renda ter sido mais intenso para os indivíduos pobres do Estado, quando se examina a performance dessa renda entre as zonas, constata-se que na área rural o crescimento da renda média foi muito mais intenso (21,3%) que para os pobres nessa mesma zona, com 7,25% (FIGURA 2). Ou seja, na zona rural o crescimento não poderia ser caracterizado como “pró-pobre” nesse período. Esse resultado, no entanto, é distinto do que ocorre na zona rural do Nordeste e do Brasil, uma vez que ela apresentou um crescimento da renda relativa a favor dos mais pobres.

**FIGURA 2: Variação da Renda Média Ceará
Período 1995 - 2002**



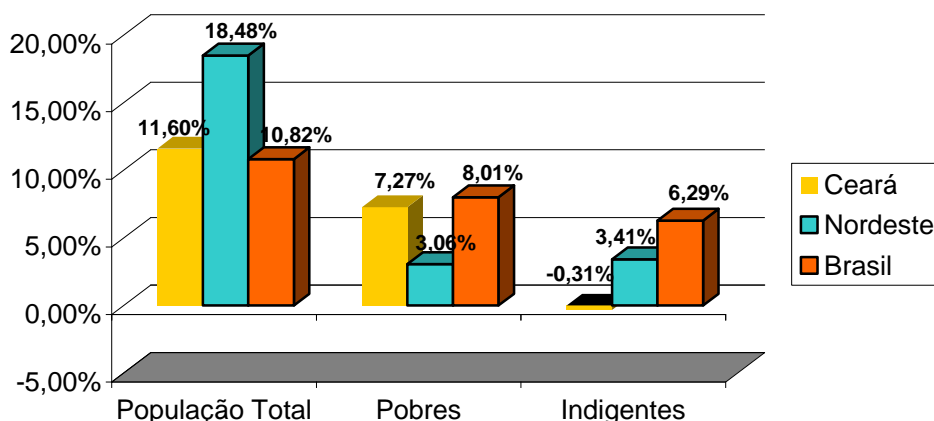
Quanto à evolução da renda dos indigentes, pode-se verificar que entre 1995 e 2002 ela é superior a dos pobres e da renda média da economia. Mas na zona rural há uma queda na renda média desse grupo da população, diferente do que ocorre na zona rural do Nordeste e Brasil.

**FIGURA 3: Variação da Renda Média Ceará
Período 2002 - 2006**



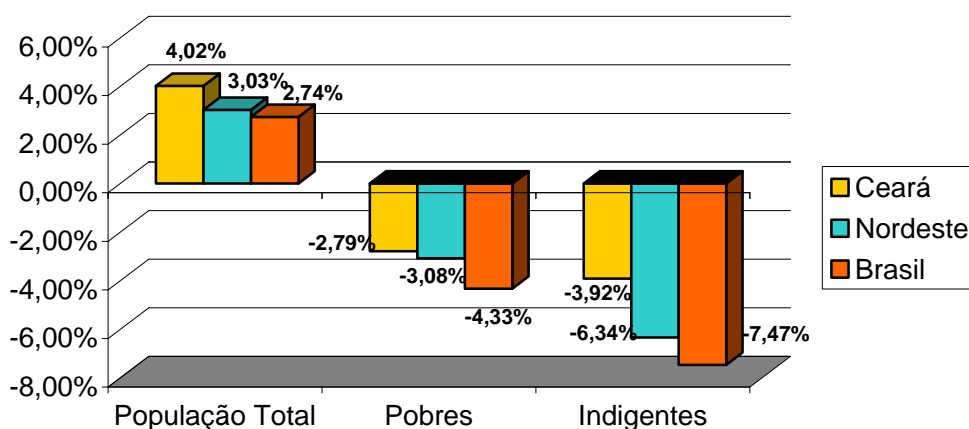
Em termos dos anos compreendidos entre 2002 e 2006, pode-se observar pela FIGURA 3, que o maior aumento ocorreu na renda média na zona urbana. Já pela FIGURA 4 abaixo, percebe-se que a renda média da economia cearense cresceu muito mais que a dos pobres, uma vez que enquanto a primeira teve uma expansão média de 11,6% ao ano, superior a taxa nacional (10,82%) mas inferior ao Nordeste (18,48%), a renda dos pobres cresceu de 7,27%, superior a taxa nacional de 6,29% mas inferior a evolução da renda dos pobres no Nordeste, de 8,1%. Essa tendência é ratificada para a renda dos indigentes que apresentou retração na maioria dos segmentos analisados. Esse efeito pode ter aprofundado nesse período a distância de renda entre os pobres e indigentes nas diversas áreas do Ceará e do país.

**FIGURA 4: Variação da Renda Média
Período 2002 - 2006**



Por fim, computando a evolução da renda média da economia como um todo, dos pobres e dos indigentes para 2007 em comparação a 2006, pela FIGURA 5 abaixo, constata-se um aumento da renda média de 4,02% no Ceará, superior ao Nordeste e Brasil e maior que a média do período 1995 A 2002. Esse desempenho do Ceará é resultado principalmente do desempenho da zona rural do Estado que foi de 13,55%. No entanto, percebe-se que a renda média dos pobres do Estado e dos indigentes teve uma retração de 2,79% e 3,92% respectivamente. Isso poderia ser um indicativo que o crescimento no Ceará, nesse ano, não foi “pró-pobre”. No entanto, o padrão de desempenho do Estado acompanhou ao que verificado no Nordeste e Brasil.

**FIGURA 5: Variação da Renda Média
Período 2006 - 2007**



II. 4 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE POBRES.

Nesta pesquisa são também apresentadas as informações relativas à evolução da quantidade absoluta de pobres, sendo esta uma definição dada a um indivíduo, cuja renda mensal per capita (renda familiar dividida pela quantidade de membros da família) seja inferior a 1/2 salário mínimo, ou seja, R\$ 190,00 em valores de 2007, como já comentado anteriormente.

TABELA 4: Número de Pobres *

	1995	2002	2006	2007	(95-02)%	(02-06)%	(06-07)%	(95-07)%
Ceará	4.529.992	5.006.574	4.645.437	4.342.343	10,52%	-7,21%	-6,52%	-4,14%
Metropolitano	1.287.041	1.646.552	1.539.915	1.408.567	27,93%	-6,48%	-8,53%	9,44%
Rural	2.014.542	1.498.347	1.383.963	1.300.117	-25,62%	-7,63%	-6,06%	-35,46%
Urbano	1.228.409	1.861.675	1.721.559	1.633.659	51,55%	-7,53%	-5,11%	32,99%
Nordeste	29.636.485	32.166.221	29.093.860	27.022.225	8,54%	-9,55%	-7,12%	-8,82%
Metropolitano	3.982.398	4.812.397	4.431.078	4.058.956	20,84%	-7,92%	-8,40%	1,92%
Rural	13.214.728	11.770.148	10.876.017	9.985.523	-10,93%	-7,60%	-8,19%	-24,44%
Urbano	12.439.359	15.583.676	13.786.765	12.977.746	25,28%	-11,53%	-5,87%	4,33%
Brasil	63.451.489	71.614.631	63.758.603	57.511.231	12,87%	-10,97%	-9,80%	-9,36%
Metropolitano	11.822.788	16.261.221	14.357.086	12.385.176	37,54%	-11,71%	-13,73%	4,76%
Rural	21.904.209	18.069.528	17.725.149	16.488.835	-17,51%	-1,91%	-6,97%	-24,72%
Urbano	29.724.492	37.283.882	31.676.368	28.637.220	25,43%	-15,04%	-9,59%	-3,66%
Ranks Ceará **								
<i>rank nacional</i>	5 ^o	4 ^o	5 ^o	5 ^o	16 ^o	18 ^o	18 ^o	18 ^o
<i>rank regional</i>	3 ^o	2 ^o	3 ^o	3 ^o	7 ^o	6 ^o	7 ^o	8 ^o

Fonte: elaboração do LEP/CAEN a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notas: * linha de pobreza igual a 1/2 salário mínimo (R\$ 190,00 em reais de setembro de 2007)

** rank nacional do Ceará entre as 27 unidades federativas do Brasil (26 estados e o Distrito Federal)

** rank regional do Ceará entre os 9 estados da região Nordeste

** elaborados do maior para o menor número de pobres e, para as variações, da maior para a menor redução no número de pobres.

Observando a TABELA 4 acima, para o primeiro período da amostra compreendido entre 1995 e 2002, evidencia-se que a quantidade de pobres no estado do Ceará passou de aproximadamente 4,5 milhões para 5 milhões, caracterizando um aumento de cerca de 11%, tendo havido nos quatro anos seguintes uma redução de 7% desta quantidade, havendo em 2006 cerca de 4,6 milhões de pobres. Atendo-se somente ao último ano, constata-se que de 2006 para 2007, houve uma significativa redução da quantidade de pobres no Ceará da ordem de 6,5%, passando para o nível de 4,3 milhões, o que corresponde a 300 mil pessoas.

Importante observar que este desempenho para o Ceará se deve principalmente ao forte crescimento desta variável para o primeiro período nas áreas metropolitana

(28%) e urbana (52%), seguida de redução nesta quantidade de pobres nos cinco anos seguintes provenientes nas três áreas.

Dinâmica bastante similar pode ser evidenciada na região Nordeste e no país, em que se observa um aumento de 9% e 13%, respectivamente, da quantidade de pobres para os primeiros oito anos da amostra, seguida de considerável redução nos anos seguintes, de aproximadamente 17% e 21%, respectivamente.

Em termos relativos, no que se refere à variação percentual ao longo de todo o período, o estado do Ceará possui uma performance inferior que a da região Nordeste e do país, havendo no entanto, uma tendência do estado reduzir percentualmente esta quantidade de pobres em um ritmo mais próximo ao regional. No *rank* regional e nacional entre aqueles com maior quantidade absoluta de pobres, o Ceará tem se mantido praticamente constante, ocupando atualmente, a 3º e a 5º posição, respectivamente.

Em resumo, a partir de 2002, e principalmente em 2007, o Ceará, a região Nordeste e o país vêm melhorando significativamente seus desempenhos neste indicador social, sendo o ritmo do estado ainda mais lento que o regional e nacional.

II. 5 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE INDIGENTES.

Nessa seção são apresentadas as informações relativas à evolução da quantidade absoluta de indigentes, sendo esta uma definição dada a um indivíduo, cuja renda mensal per capita (renda familiar dividida pela quantidade de membros da família) seja inferior a $\frac{1}{4}$ salário mínimo, ou seja, R\$ 95,00 em valores de 2007.

TABELA 5: Número de Indigentes *

	1995	2002	2006	2007	(95-02)%	(02-06)%	(06-07)%	(95-07)%
Ceará	2.854.237	2.929.765	2.395.610	2.204.137	2,65%	-18,23%	-7,99%	-22,78%
Metropolitano	584.637	812.630	610.572	567.960	39,00%	-24,86%	-6,98%	-2,85%
Rural	1.544.180	1.073.572	887.546	828.554	-30,48%	-17,33%	-6,65%	-46,34%
Urbano	725.420	1.043.563	897.492	807.623	43,86%	-14,00%	-10,01%	11,33%
Nordeste	17.726.703	19.130.443	14.944.848	13.450.718	7,92%	-21,88%	-10,00%	-24,12%
Metropolitano	1.807.543	2.382.187	1.785.152	1.659.142	31,79%	-25,06%	-7,06%	-8,21%
Rural	9.270.699	8.074.915	6.743.289	5.927.976	-12,90%	-16,49%	-12,09%	-36,06%
Urbano	6.648.461	8.673.341	6.416.407	5.863.600	30,46%	-26,02%	-8,62%	-11,81%
Brasil	31.865.022	35.026.359	26.897.582	23.872.505	9,92%	-23,21%	-11,25%	-25,08%
Metropolitano	4.600.134	6.791.529	5.124.301	4.365.998	47,64%	-24,55%	-14,80%	-5,09%
Rural	13.818.338	11.092.878	9.635.547	8.571.755	-19,72%	-13,14%	-11,04%	-37,97%
Urbano	13.446.550	17.141.952	12.137.734	10.934.752	27,48%	-29,19%	-9,91%	-18,68%
Ranks Ceará **								
<i>rank nacional</i>	3 ^o	4 ^o	2 ^o	2 ^o	11 ^o	18 ^o	21 ^o	15 ^o
<i>rank regional</i>	2 ^o	2 ^o	2 ^o	2 ^o	3 ^o	6 ^o	8 ^o	5 ^o

Fonte: elaboração do LEP/CAEN a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notas: * linha de indigência igual a 1/4 salário mínimo (R\$ 95,00 em reais de setembro de 2007)

** rank nacional do Ceará entre as 27 unidades federativas do Brasil (26 estados e o Distrito Federal)

** rank regional do Ceará entre os 9 estados da região Nordeste

** elaborados do maior para o menor número de indigentes e, para as variações, da maior para a menor redução no número de indigentes.

Observando a TABELA 5 acima, para o primeiro período da amostra compreendido entre 1995 e 2002, evidencia-se que a quantidade de indigentes no Estado passou de aproximadamente 2,85 milhões para 2,93 milhões, caracterizando um suave aumento de cerca de 2,7%, no entanto nos quatro anos seguintes verifica-se uma forte redução de 18% desta quantidade, havendo em 2006 aproximadamente 2,4 milhões de pobres. Atendo-se somente ao último ano, constata-se que de 2006 para 2007, houve uma significativa redução da quantidade de indigentes no Ceará da ordem de 8%, passando para o nível de 2,2 milhões.

Importante observar que este desempenho para o Ceará, assim como evidenciado para a quantidade de pobres, se deveu principalmente ao expressivo crescimento desse indicador para o primeiro período nas áreas metropolitana (39%) e urbana (44%), seguida de redução na quantidade de pobres nos cinco anos seguintes provenientes nas três áreas, principalmente na metropolitana (25%).

Dinâmica similar, porém, com variações mais extremas, pode ser evidenciada na região Nordeste e no país, em que se observa um aumento de 8% e 10%, respectivamente, da quantidade de pobres para os primeiros oito anos da amostra, seguida de considerável redução nos anos seguintes, de aproximadamente 32% e 34%,

respectivamente. Diferentemente do Ceará, na região Nordeste e no país, esta recente redução tem sido mais forte na região urbana e não metropolitana.

Em termos relativos, no que se refere à variação percentual ao longo de todo o período, o estado do Ceará possui uma performance superior que a da região e do país, havendo no entanto, uma tendência do estado perder esta vantagem relativa na velocidade de redução da quantidade de indigentes. No *rank* regional e nacional dos estados com maior quantidade absoluta de indigentes, o Ceará tem se mantido praticamente constante, ocupando atualmente, a 2º posição em ambos os *rank*.

Em resumo, a partir de 2002, e principalmente em 2007, o estado do Ceará, a região Nordeste e o país vêm melhorando significativamente seus desempenhos neste indicador social, sendo o ritmo do estado mais lento que o evidenciado que o regional e nacional.

II. 6 EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DE POBRES.

Nesta pesquisa são apresentadas as informações relacionadas à proporção da população total que se encontra abaixo da linha de pobreza.

TABELA 6: Proporção de Pobres *

	1995	2002	2006	2007	(95-02)%	(02-06)%	(06-07)%	(95-07)%
Ceará	67,27%	64,50%	56,39%	51,95%	-4,12%	-12,57%	-7,87%	-22,77%
Metropolitano	50,53%	52,00%	44,93%	40,33%	2,91%	-13,60%	-10,24%	-20,19%
Rural	86,37%	81,33%	75,09%	69,72%	-5,84%	-7,67%	-7,15%	-19,28%
Urbano	66,24%	67,60%	58,00%	54,44%	2,05%	-14,20%	-6,14%	-17,81%
Nordeste	65,69%	65,15%	56,26%	51,66%	-0,82%	-13,65%	-8,18%	-21,36%
Metropolitano	47,76%	49,02%	42,21%	38,04%	2,64%	-13,89%	-9,88%	-20,35%
Rural	80,70%	82,33%	74,94%	68,77%	2,02%	-8,98%	-8,23%	-14,78%
Urbano	60,97%	61,70%	51,63%	47,86%	1,20%	-16,32%	-7,30%	-21,50%
Brasil	41,64%	41,30%	34,05%	30,30%	-0,82%	-17,55%	-11,01%	-27,23%
Metropolitano	25,30%	29,48%	24,44%	20,77%	16,52%	-17,10%	-15,02%	-17,91%
Rural	71,11%	70,19%	60,47%	55,93%	-1,29%	-13,85%	-7,51%	-21,35%
Urbano	39,72%	40,31%	31,94%	28,43%	1,49%	-20,76%	-10,99%	-28,42%
Ranks Ceará **								
rank nacional	5º	5º	4º	4º	11º	20º	18º	14º
rank regional	4º	5º	4º	4º	2º	5º	7º	4º

Fonte: elaboração do LEP/CAEN a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notas: * linha de pobreza igual a 1/2 salário mínimo (R\$ 190,00 em reais de setembro de 2007)

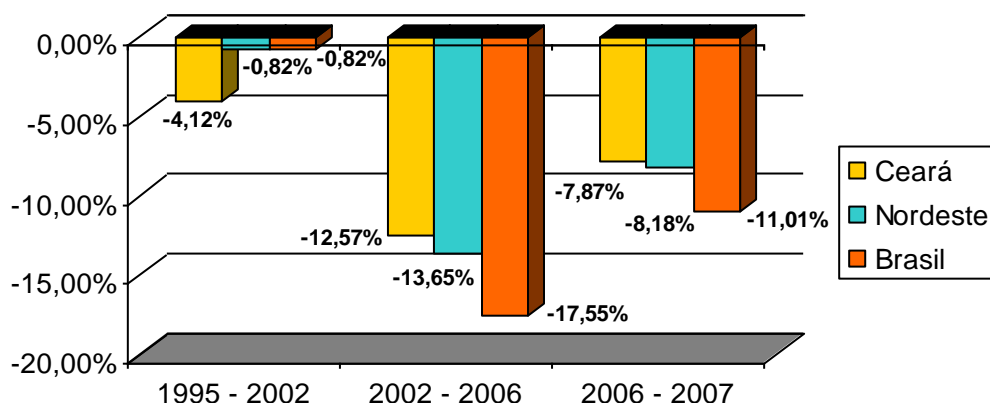
** rank nacional do Ceará entre as 27 unidades federativas do Brasil (26 estados e o Distrito Federal)

** rank regional do Ceará entre os 9 estados da região Nordeste

** elaborados da maior para a menor proporção de pobres e, para as variações, da maior para a menor redução na proporção de pobres.

Pode-se observar na TABELA 6 acima, que a proporção de pobres no Ceará passou de 56,4% em 2006 para 52,4% em 2007, com uma variação de 7,9%. Já no Nordeste esta mesma proporção foi de 51,7% em 2007, ante os 56,3% apurados em 2006, tendo sido este resultado pior que o obtido para o Brasil, que em 2007 apresentou 30,3% de pobres, quando em 2006 tinha uma proporção de 34%, representando um decréscimo de 11%. (FIGURA 6).

FIGURA 6: Variação da Proporção de Pobres



Observando todo o período (1995 a 2007), o Ceará teve uma redução de 22,8% na porcentagem de pobres, maior que a redução encontrada no Nordeste (21,4%), porém inferior à variação nacional (27,2%). Para os dois primeiros sub-períodos do Brasil, (1995-2002) e (2002-2006), mostrados na tabela acima, houve consecutivas reduções de 0,8% e 17,6% respectivamente, por ter sido o segundo sub-período tão significativo, o terceiro sub-período brasileiro apresentou uma redução ainda mais forte de 11% em um ano.

Para o Brasil, Nordeste e Ceará a zona rural apresenta a maior proporção de pobres em todos os períodos analisados até 2006, comparado com as zonas urbanas e metropolitanas. Essa tendência continuou em 2007, onde a proporção foi de 55,9% para o Brasil, de 68,8% para o Nordeste e de 69,8% para o Ceará, revelando uma situação desfavorável persistente para a zona rural.

Em termos relativos, no que se refere à variação percentual ao longo de todo o período, o Ceará apresenta uma performance superior ao da região Nordeste, porém inferior a do país, havendo no entanto uma sinalização negativa, pois tal performance

tem piorado relativamente quando limitada a análise desta variação aos últimos cinco anos. No *rank* regional e nacional dos estados com maior proporção de pobres, o Ceará tem se mantido praticamente constante, ocupando atualmente, a 4º posição em ambos os casos.

Em resumo, a partir de 2002 e principalmente em 2007, o estado do Ceará vem melhorando gradualmente seu desempenho neste indicador social, porém em um ritmo ainda um pouco mais lento que o evidenciado na região Nordeste e em todo o Brasil.

II. 7 EVOLUÇÃO DA PROPORÇÃO DE INDIGENTES.

A TABELA 7, a seguir, apresenta informações relativas à proporção de indigentes para Ceará, Nordeste e Brasil. É verificado também o comportamento dessa variável nas zonas metropolitana, rural e urbana, para os anos de 1995, 2002, 2006 e 2007, assim como suas taxas de crescimento nesses períodos. Nas últimas linhas da tabela é apresentada a posição relativa do Ceará em termos do país e da região Nordeste.

	1995	2002	2006	2007	(95-02)%	(02-06)%	(06-07)%	(95-07)%
Ceará	42,39%	37,74%	29,08%	26,37%	-10,97%	-22,95%	-9,32%	-37,79%
Metropolitano	22,95%	25,66%	17,82%	16,26%	11,81%	-30,55%	-8,75%	-29,15%
Rural	66,21%	58,27%	48,15%	44,43%	-11,99%	-17,37%	-7,73%	-32,90%
Urbano	39,12%	37,90%	30,24%	26,91%	-3,12%	-20,21%	-11,01%	-31,21%
Nordeste	39,29%	38,75%	28,90%	25,72%	-1,37%	-25,42%	-11,00%	-34,54%
Metropolitano	21,68%	24,27%	17,01%	15,55%	11,95%	-29,91%	-8,58%	-28,27%
Rural	56,61%	56,48%	46,47%	40,82%	-0,23%	-17,72%	-12,16%	-27,89%
Urbano	32,59%	34,34%	24,03%	21,63%	5,37%	-30,02%	-9,99%	-33,63%
Brasil	20,91%	20,20%	14,37%	12,58%	-3,40%	-28,86%	-12,46%	-39,84%
Metropolitano	9,84%	12,31%	8,72%	7,32%	25,10%	-29,16%	-16,06%	-25,61%
Rural	44,86%	43,09%	32,87%	29,08%	-3,95%	-23,72%	-11,53%	-35,18%
Urbano	17,97%	18,54%	12,24%	10,86%	3,17%	-33,98%	-11,27%	-39,57%
Ranks Ceará **								
<i>rank nacional</i>	3º	5º	4º	5º	8º	19º	21º	13º
<i>rank regional</i>	3º	5º	4º	4º	1º	5º	8º	3º

Fonte: elaboração do LEP/CAEN a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notas: * linha de indigência igual a 1/4 salário mínimo (R\$ 95,00 em reais de setembro de 2007)

** rank nacional do Ceará entre as 27 unidades federativas do Brasil (26 estados e o Distrito Federal)

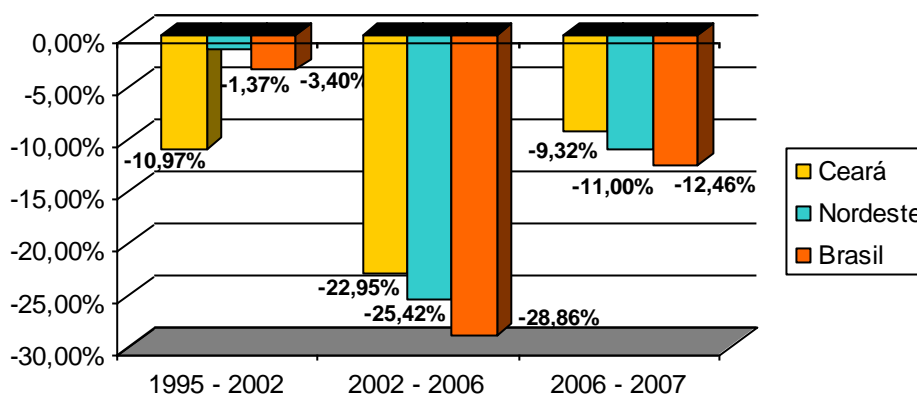
** rank regional do Ceará entre os 9 estados da região Nordeste

** elaborados da maior para a menor proporção de indigentes e, para as variações, da maior para a menor redução na proporção de indigentes.

Pode-se observar que a proporção de indigentes no Ceará passou de 29,08% em 2006 para 26,37% em 2007, com uma variação de 9,32%. Já no Nordeste esta proporção

foi de 25,72% em 2007, ante os 28,90% apurados em 2006, tendo sido este resultado pior que o resultado obtido para o Brasil, que em 2007 apresentou 12,58% de indigentes, quando em 2006 tinha uma proporção de 14,37%, representando um decréscimo de 12,46% (FIGURA 7).

FIGURA 7: Variação da Proporção de Indigentes



Observando todo o período, o Ceará apresentou uma redução de 37,79% na porcentagem de indigentes, maior que a redução encontrada no Nordeste (34,54%), porém menor que a variação do Brasil (39,84%). Para os dois primeiros sub-períodos do Brasil, (95-02) e (02-06), mostrados na tabela acima, houve consecutivas reduções de 3,40% e 28,86% respectivamente, seguido por um terceiro sub-período brasileiro em que houve uma redução bastante forte de 12,46% em apenas um ano.

Para o Brasil, Nordeste e Ceará a zona rural apresenta a maior proporção de indigentes em todos os períodos analisados até 2006, comparado com as zonas urbanas e metropolitanas, seguindo essa tendência em 2007, onde a proporção foi de 44,43% para o Brasil, de 40,88% para o Nordeste e de 29,08% para o Ceará, revelando uma persistente situação desfavorável para a zona rural.

Comparativamente aos índices encontrados para todas as unidades federativas do Brasil, o estado do Ceará teve relativa melhora por sair da 4º posição em 2006 para a 5º em 2007, acompanhado também de uma persistência no rank regional mantendo a 4º posição, evidenciando a melhora observada no Ceará que desde 1995 apresenta melhora nesse índice acumulando até 2007, com uma redução na proporção de indigentes de 37,79%, maior redução quando comparada com a regional.

Comparando a Evolução Conjunta do Número e Proporção de Pobres e Indigentes entre os Períodos 1995-2002 e 2002-2006 e 2006-2007

Examinando os resultados em conjunto da evolução do número e proporção de pobres e indigentes entre os períodos, 1995-2002, 2002-2006 e 2006-2007, constata-se que em termos absolutos o número de pobres aumentou no primeiro período em cerca de 10%, mas em termos proporcionais houve uma queda de 4,12%. É evidente que esse resultado é influenciado pelo crescimento da população. Em termos do número de indigentes, o aumento foi menos significativo (2,65%), mas em termos proporcionais a queda foi mais acentuada que o número de pobres, com uma redução de 10,97%.

O aumento do número de pobres no Ceará entre 1995 e 2002 é de certa forma semelhante ao que ocorreu no Nordeste (8,54%) e Brasil (12,87%), significando que o padrão cearense refletiu o que ocorreu nas outras regiões do país. Quanto à proporção de pobres, o desempenho do Ceará de -4,12% foi mais eficiente em reduzir a pobreza que a do Nordeste e Brasil (-0,82%). O número de indigentes nesse período aumentou bem menos que no Nordeste e Brasil, com um aumento de 2,65% contra 7,92% e 9,92% respectivamente, o que fez também que a proporção de indigentes se reduzisse mais rapidamente na economia cearense.

Ademais, deve-se relatar que examinando essa evolução para as zonas metropolitana, rural e urbana, houve uma forte redução no número de pobres e indigentes na zona rural e aumento nas outras áreas. No Ceará, a expansão mais significativa ocorreu na área urbana, chegando a 51% no número de pobres e quase 44% no número de indigentes. Esse comportamento foi semelhante ao que ocorreu no Nordeste principalmente. Muito provavelmente esse movimento pode ter sido fruto do processo migratório de pessoas pobres e indigentes para as grandes cidades no interior do Estado.

Quanto à avaliação desses indicadores em 2007, observava-se que houve tanto uma redução do número de pobres em termos absoluto como na proporção de pobres. Ou seja a redução da na proporção foi forte o suficiente para compensar o crescimento vegetativo na população. Isso ocorreu também para o grupo de indigentes, mas de forma menos significativa. Ademais, quando comparado com o desempenho do Nordeste e do Brasil, percebe-se que o Ceará teve uma performance mais significativa. Por fim, pode-

se observar também que o desempenho no Ceará foi motivado principalmente pela redução da pobreza na área rural.

II.8 EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE GINI DA RENDA FAMILIAR PER CAPITA.

Nesta pesquisa são apresentadas as informações relativas à evolução do índice de Gini da renda familiar *per capita*, sendo este índice definido como um indicador de desigualdade de renda variando entre zero e um, onde quanto maior o valor maior a desigualdade.

TABELA 8: Índice de Gini da Renda Familiar *per capita* *

	1995	2002	2006	2007	(95-02)%	(02-06)%	(06-07)%	(95-07)%
Ceará	62,71%	60,00%	55,93%	55,76%	-4,33%	-6,78%	-0,30%	-11,08%
Metropolitano	60,98%	61,05%	56,86%	55,88%	0,11%	-6,86%	-1,71%	-8,36%
Rural	46,76%	50,12%	45,65%	48,83%	7,18%	-8,93%	6,98%	4,42%
Urbano	58,69%	52,05%	50,73%	51,71%	-11,32%	-2,54%	1,94%	-11,90%
Nordeste	61,32%	60,66%	58,43%	57,49%	-1,08%	-3,68%	-1,60%	-6,24%
Metropolitano	61,61%	63,04%	59,11%	58,38%	2,32%	-6,23%	-1,23%	-5,23%
Rural	52,63%	46,97%	47,61%	49,83%	-10,76%	1,37%	4,66%	-5,31%
Urbano	58,97%	58,37%	57,08%	56,05%	-1,02%	-2,21%	-1,80%	-4,95%
Brasil	60,55%	59,50%	56,82%	55,97%	-1,74%	-4,51%	-1,50%	-7,57%
Metropolitano	58,34%	59,20%	57,05%	56,27%	1,46%	-3,64%	-1,36%	-3,55%
Rural	54,93%	52,21%	51,43%	52,17%	-4,94%	-1,50%	1,44%	-5,03%
Urbano	57,28%	56,78%	54,14%	53,24%	-0,89%	-4,64%	-1,67%	-7,06%
Ranks Ceará **								
<i>rank nacional</i>	3º	8º	13º	12º	8º	8º	16º	6º
<i>rank regional</i>	2º	6º	9º	8º	3º	1º	7º	1º

Fonte: elaboração do LEP/CAEN a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notas: * Índice de Gini calculado a partir da amostra completa da PNAD (com ponderações)

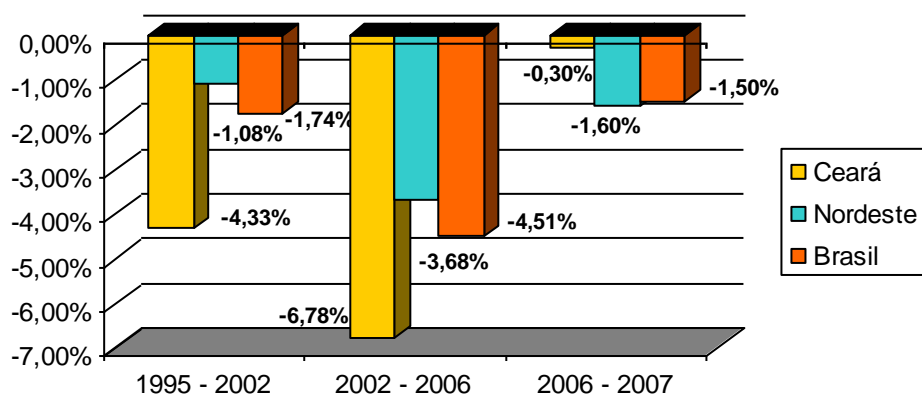
** rank nacional do Ceará entre as 27 unidades federativas do Brasil (26 estados e o Distrito Federal)

** rank regional do Ceará entre os 9 estados da região Nordeste

** elaborados do maior para o menor índice de Gini e, para as variações, da maior para a menor redução neste indicador.

Observando a TABELA 8 acima, para o primeiro período da amostra compreendido entre 1995 e 2002, evidencia-se que este índice para o Ceará passou de 62,71% para 60,00%, caracterizando uma redução de aproximadamente 4,3%, tendo havido nos quatro anos seguintes uma redução de 6,8% desse índice, o qual atingiu o patamar de 55,93% em 2006. Atendo-se somente ao último ano, constata-se que de 2006 para 2007, houve uma insignificante redução do índice de Gini para o Estado da ordem de 0,3%, passando para o nível de 55,76% (FIGURA 8).

FIGURA 8: Variação do Índice de Gini



Importante observar que este desempenho para o estado do Ceará se deve principalmente à forte redução deste índice para o primeiro período na área urbana (11,32%), seguida de uma redução considerável nos cinco anos seguintes principalmente da região metropolitana (8,47%).

Dinâmica similar, mas com variações mais modestas, pode ser evidenciada na região Nordeste e no país, em que se observa uma redução de 1% e 1,7%, respectivamente, deste índice para os primeiros oito anos da análise, seguida de considerável redução nos anos seguintes, de aproximadamente 5,2% e 5,9%, respectivamente, com destaque para o último ano.

Em termos relativos, no que se refere à variação percentual deste índice ao longo de todo o período, o Ceará possui uma performance superior a da região Nordeste e do país, tendo sido no entanto, a redução observada somente no último ano bem inferior à regional e nacional. No *rank* regional e nacional dos Estados com maior quantidade absoluta de pobres, o estado do Ceará tem se mantido praticamente constante, ocupando atualmente, a 12º e a 8º posições, respectivamente.

ANEXO A – EVOLUÇÃO DAS VARIÁVEIS POR UNIDADES FEDERATIVAS

TABELA 1A: Renda Familiar per capita Média por Unidades Federativas

Unidades	1995		2002		2006		2007		(95-02)%		(02-06)%		(06-07)%		(95-07)%	
	Renda	RK	Renda	RK	Renda	RK	Renda	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK
Acre	489,04	8	458,29	10	383,09	14	396,44	13	-6,29%	22	-16,41%	27	3,48%	15	-18,94%	25
Alagoas	282,70	19	222,65	26	289,86	25	310,67	24	-21,24%	26	30,19%	2	7,18%	8	9,89%	19
Amapá	405,35	13	338,31	14	359,73	15	383,87	14	-16,54%	23	6,33%	22	6,71%	9	-5,30%	23
Amazonas	392,20	14	317,56	16	331,07	19	334,51	21	-19,03%	25	4,25%	23	1,04%	21	-14,71%	24
Bahia	248,03	23	255,17	23	306,84	23	319,07	23	2,88%	12	20,25%	8	3,99%	14	28,64%	9
Ceará	246,42	24	252,68	24	282,00	26	293,34	26	2,54%	13	11,60%	15	4,02%	13	19,04%	16
Distrito Federal	866,53	1	906,80	1	1015,54	1	1121,92	1	4,65%	10	11,99%	14	10,48%	5	29,47%	8
Espírito Santo	429,15	10	461,69	8	500,83	8	523,07	9	7,58%	8	8,48%	20	4,44%	12	21,89%	13
Goiás	371,22	16	430,55	11	479,81	10	532,27	8	15,98%	4	11,44%	16	10,93%	4	43,38%	4
Maranhão	177,65	27	209,83	27	267,85	27	264,20	27	18,11%	3	27,65%	3	-1,36%	23	48,72%	3
Mato Grosso	388,28	15	459,39	9	477,35	11	471,13	11	18,31%	2	3,91%	24	-1,30%	22	21,34%	14
Mato Grosso do Sul	418,50	11	471,32	7	519,55	7	597,16	7	12,62%	6	10,23%	19	14,94%	1	42,69%	5
Minas Gerais	417,98	12	418,73	13	491,21	9	499,75	10	0,18%	14	17,31%	11	1,74%	18	19,56%	15
Paraná	484,46	9	505,75	6	580,64	6	652,12	5	4,39%	11	14,81%	12	12,31%	2	34,61%	7
Paraíba	278,61	20	275,32	22	327,45	20	345,10	19	-1,18%	19	18,93%	10	5,39%	10	23,86%	12
Pará	332,28	17	327,67	15	313,42	22	342,30	20	-1,39%	20	-4,35%	26	9,21%	6	3,02%	21
Pernambuco	268,66	21	284,18	19	316,01	21	309,21	25	5,78%	9	11,20%	17	-2,15%	24	15,09%	17
Piauí	188,75	26	246,66	25	297,03	24	329,63	22	30,68%	1	20,42%	7	10,98%	3	74,64%	1
Rio Grande do Norte	288,89	18	288,07	18	345,48	17	363,80	17	-0,28%	15	19,93%	9	5,30%	11	25,93%	11
Rio Grande do Sul	560,51	4	558,77	4	617,70	5	626,03	6	-0,31%	16	10,55%	18	1,35%	20	11,69%	18
Rio de Janeiro	628,56	3	623,21	3	699,01	2	682,78	4	-0,85%	17	12,16%	13	-2,32%	25	8,63%	20
Rondônia	513,71	7	418,85	12	430,31	12	400,58	12	-18,47%	24	2,74%	25	-6,91%	26	-22,02%	26
Roraima	547,69	5	310,67	17	406,08	13	364,49	16	-43,28%	27	30,71%	1	-10,24%	27	-33,45%	27
Santa Catarina	544,11	6	538,83	5	676,84	4	691,41	3	-0,97%	18	25,61%	4	2,15%	17	27,07%	10
Sergipe	254,65	22	282,47	20	342,25	18	349,98	18	10,92%	7	21,16%	6	2,26%	16	37,44%	6
São Paulo	697,37	2	656,87	2	698,76	3	708,72	2	-5,81%	21	6,38%	21	1,43%	19	1,63%	22
Tocantins	245,72	25	281,14	21	348,34	16	380,19	15	14,41%	5	23,90%	5	9,14%	7	54,72%	2

Fonte: elaboração do LEP/CAEN a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notas: Coluna RENDA: valores em reais de setembro de 2007, deflacionados pelo INPC.

Coluna RK: rank nacional, elaborado da maior para a menor renda e, para as variações, do maior para o menor aumento na renda.

TABELA 2A: Renda Familiar per capita Média dos Pobres* por Unidades Federativas

Unidades	1995		2002		2006		2007		(95-02)%		(02-06)%		(06-07)%		(95-07)%	
	Renda	RK	Renda	RK	Renda	RK	Renda	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK
Acre	98,35	15	93,15	18	96,44	22	84,07	27	-5,29%	26	3,53%	24	-12,83%	26	-14,52%	26
Alagoas	86,41	22	83,71	26	89,88	25	89,68	24	-3,12%	22	7,37%	13	-0,22%	3	3,78%	15
Amapá	96,64	16	104,37	10	115,40	8	95,94	17	8,00%	6	10,57%	3	-16,86%	27	-0,72%	20
Amazonas	94,97	17	94,09	17	103,96	16	91,07	23	-0,93%	20	10,49%	5	-12,40%	25	-4,11%	24
Bahia	85,88	23	86,89	24	97,08	21	94,45	19	1,18%	19	11,73%	1	-2,71%	9	9,98%	8
Ceará	81,85	25	87,81	23	94,19	24	91,56	22	7,28%	7	7,27%	14	-2,79%	10	11,86%	3
Distrito Federal	107,89	5	103,15	12	110,04	13	107,96	7	-4,39%	24	6,68%	16	-1,89%	6	0,06%	19
Espírito Santo	98,97	14	107,05	9	113,51	10	107,52	10	8,16%	5	6,03%	17	-5,28%	16	8,64%	11
Goiás	101,98	11	108,38	7	119,76	2	107,74	9	6,28%	8	10,50%	4	-10,04%	24	5,65%	14
Maranhão	75,85	27	86,44	25	87,31	27	84,78	26	13,96%	2	1,01%	27	-2,90%	11	11,77%	4
Mato Grosso	103,94	9	107,76	8	115,46	7	115,17	3	3,68%	14	7,15%	15	-0,25%	4	10,80%	6
Mato Grosso do Sul	107,74	6	112,06	3	116,28	4	117,40	2	4,01%	12	3,77%	22	0,96%	2	8,97%	10
Minas Gerais	101,04	12	103,68	11	113,82	9	109,12	6	2,61%	16	9,78%	6	-4,13%	15	8,00%	12
Paraná	101,03	13	110,52	4	116,05	6	112,60	4	9,39%	4	5,00%	20	-2,97%	12	11,45%	5
Paraíba	87,23	21	92,25	21	101,09	19	95,13	18	5,75%	10	9,58%	7	-5,90%	18	9,06%	9
Pará	102,17	10	99,31	15	103,20	17	105,56	11	-2,80%	21	3,92%	21	2,29%	1	3,32%	17
Pernambuco	93,75	18	88,86	22	95,67	23	92,79	21	-5,22%	25	7,66%	11	-3,01%	13	-1,02%	21
Piauí	77,46	26	81,95	27	89,68	26	88,62	25	5,80%	9	9,43%	8	-1,18%	5	14,41%	2
Rio Grande do Norte	90,38	19	92,96	20	100,03	20	93,04	20	2,85%	15	7,61%	12	-6,99%	20	2,94%	18
Rio Grande do Sul	106,64	7	109,30	6	113,28	11	105,46	12	2,49%	17	3,64%	23	-6,90%	19	-1,11%	22
Rio de Janeiro	110,10	2	114,31	2	116,14	5	107,79	8	3,82%	13	1,60%	26	-7,19%	21	-2,10%	23
Rondônia	106,17	8	102,32	13	111,00	12	101,27	14	-3,63%	23	8,48%	10	-8,77%	23	-4,62%	25
Roraima	124,13	1	95,93	16	106,41	15	104,34	13	-22,72%	27	10,92%	2	-1,95%	7	-15,94%	27
Santa Catarina	108,07	3	119,37	1	122,52	1	119,46	1	10,46%	3	2,64%	25	-2,50%	8	10,54%	7
Sergipe	89,26	20	93,03	19	101,64	18	95,95	16	4,22%	11	9,26%	9	-5,60%	17	7,49%	13
São Paulo	107,93	4	110,11	5	116,33	3	111,82	5	2,02%	18	5,65%	19	-3,88%	14	3,60%	16
Tocantins	82,52	24	100,56	14	106,57	14	97,85	15	21,86%	1	5,98%	18	-8,18%	22	18,58%	1

Fonte: elaboração do LEP/CAEN a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notas: * linha de pobreza igual a 1/2 salário mínimo (R\$ 190,00 em reais de setembro de 2007).

Coluna RENDA: valores em reais de setembro de 2007, deflacionados pelo INPC.

Coluna RK: rank nacional, elaborado da maior para a menor renda e, para as variações, do maior para o menor aumento na renda.

TABELA 3A: Renda Familiar per capita Média dos Indigentes* por Unidades Federativas

Unidades	1995		2002		2006		2007		(95-02)%		(02-06)%		(06-07)%		(95-07)%	
	Renda	RK	Renda	RK	Renda	RK	Renda	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK
Acre	50,07	21	55,36	8	51,67	17	47,17	14	10,57%	5	-6,67%	21	-8,71%	13	-5,79%	10
Alagoas	54,27	10	52,69	18	51,46	18	49,65	9	-2,91%	23	-2,33%	15	-3,52%	5	-8,51%	13
Amapá	59,01	1	59,05	1	60,82	1	45,60	19	0,07%	18	3,00%	5	-25,02%	27	-22,72%	27
Amazonas	53,60	14	52,29	19	48,53	23	45,43	21	-2,44%	22	-7,19%	22	-6,39%	9	-15,24%	23
Bahia	52,19	16	53,11	16	53,49	11	52,16	1	1,76%	16	0,72%	9	-2,49%	4	-0,06%	5
Ceará	50,15	20	52,01	21	51,85	16	49,82	8	3,71%	11	-0,31%	11	-3,92%	6	-0,66%	6
Distrito Federal	48,82	22	49,89	25	48,13	24	41,99	26	2,19%	15	-3,53%	18	-12,76%	20	-13,99%	20
Espírito Santo	54,55	9	56,13	6	52,43	13	47,97	13	2,90%	12	-6,59%	20	-8,51%	11	-12,06%	17
Goiás	55,13	5	54,09	14	54,86	8	44,24	23	-1,89%	21	1,42%	7	-19,36%	24	-19,75%	25
Maranhão	47,06	24	53,89	15	51,34	19	43,15	24	14,51%	3	-4,73%	19	-15,95%	22	-8,31%	12
Mato Grosso	53,97	12	53,05	17	52,61	12	46,77	15	-1,70%	20	-0,83%	13	-11,10%	17	-13,34%	19
Mato Grosso do Sul	55,38	4	56,85	3	46,22	26	48,97	10	2,65%	14	-18,70%	27	5,95%	1	-11,57%	16
Minas Gerais	54,56	8	54,63	12	54,31	9	52,06	2	0,13%	17	-0,59%	12	-4,14%	7	-4,58%	8
Paraná	55,42	3	56,92	2	55,22	7	49,98	7	2,71%	13	-2,99%	17	-9,49%	14	-9,82%	14
Paraíba	51,10	19	56,26	5	51,95	15	51,60	3	10,10%	6	-7,66%	23	-0,67%	3	0,98%	4
Pará	55,94	2	55,22	10	53,79	10	51,45	4	-1,29%	19	-2,59%	16	-4,35%	8	-8,03%	11
Pernambuco	54,56	7	52,21	20	52,36	14	48,56	12	-4,31%	25	0,29%	10	-7,26%	10	-11,00%	15
Piauí	44,48	25	48,72	26	50,16	21	50,57	6	9,53%	7	2,96%	6	0,82%	2	13,69%	2
Rio Grande do Norte	54,20	11	51,29	24	56,48	6	46,21	17	-5,37%	26	10,12%	2	-18,18%	23	-14,74%	22
Rio Grande do Sul	53,10	15	55,29	9	49,69	22	45,44	20	4,12%	10	-10,13%	26	-8,55%	12	-14,43%	21
Rio de Janeiro	53,81	13	51,80	22	47,20	25	42,01	25	-3,74%	24	-8,88%	25	-11,00%	16	-21,93%	26
Rondônia	54,63	6	51,49	23	59,08	2	45,93	18	-5,75%	27	14,74%	1	-22,26%	26	-15,93%	24
Roraima	38,97	27	55,99	7	58,88	3	46,62	16	43,67%	1	5,16%	3	-20,82%	25	19,63%	1
Santa Catarina	51,90	17	54,89	11	50,53	20	45,00	22	5,76%	8	-7,94%	24	-10,94%	15	-13,29%	18
Sergipe	51,52	18	54,27	13	56,79	5	48,97	11	5,34%	9	4,64%	4	-13,77%	21	-4,95%	9
São Paulo	41,68	26	46,82	27	46,11	27	40,59	27	12,33%	4	-1,52%	14	-11,97%	19	-2,62%	7
Tocantins	48,20	23	56,55	4	57,27	4	50,87	5	17,32%	2	1,27%	8	-11,18%	18	5,54%	3

Fonte: elaboração do LEP/CAEN a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notas: * linha de indigência igual a 1/4 salário mínimo (R\$ 95,00 em reais de setembro de 2007).

Coluna RENDA: valores em reais de setembro de 2007, deflacionados pelo INPC.

Coluna RK: rank nacional, elaborado da maior para a menor renda e, para as variações, do maior para o menor aumento na renda.

TABELA 4A: Número de Pobres* por Unidades Federativas

Unidades	1995		2002		2006		2007		(95-02)%		(02-06)%		(06-07)%		(95-07)%	
	Nr Pob	RK	Nr Pob	RK	Nr Pob	RK	Nr Pob	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK
Acre	115.475	25	195.166	26	340.713	25	334.717	25	69,01%	25	74,58%	27	-1,76%	24	189,86%	26
Alagoas	1.822.998	13	2.106.918	12	1.971.864	11	1.778.745	12	15,57%	18	-6,41%	19	-9,79%	13	-2,43%	20
Amapá	109.073	26	257.976	25	262.338	26	253.862	26	136,52%	26	1,69%	22	-3,23%	23	132,75%	25
Amazonas	779.001	21	1.257.343	17	1.596.373	15	1.647.147	13	61,40%	24	26,96%	24	3,18%	26	111,44%	23
Bahia	8.203.051	1	8.662.480	2	7.559.320	1	7.100.919	1	5,60%	6	-12,73%	13	-6,06%	19	-13,44%	11
Ceará	4.529.992	5	5.006.574	4	4.645.437	5	4.342.343	5	10,52%	16	-7,21%	18	-6,52%	18	-4,14%	18
Distrito Federal	395.352	23	635.057	23	506.707	24	435.407	24	60,63%	23	-20,21%	4	-14,07%	7	10,13%	21
Espírito Santo	1.256.541	17	1.379.320	16	1.070.726	17	917.489	17	9,77%	11	-22,37%	2	-14,31%	6	-26,98%	4
Goiás	1.948.168	12	2.082.332	13	1.726.091	14	1.429.969	15	6,89%	9	-17,11%	10	-17,16%	3	-26,60%	5
Maranhão	3.840.541	6	4.237.894	6	3.910.635	6	3.630.055	6	10,35%	15	-7,72%	17	-7,17%	16	-5,48%	15
Mato Grosso	1.001.316	18	1.065.046	20	931.729	19	877.659	19	6,36%	8	-12,52%	14	-5,80%	20	-12,35%	12
Mato Grosso do Sul	782.809	20	831.254	21	673.404	21	637.611	21	6,19%	7	-18,99%	7	-5,32%	21	-18,55%	9
Minas Gerais	7.455.990	2	7.718.687	3	6.070.240	3	5.392.985	3	3,52%	5	-21,36%	3	-11,16%	12	-27,67%	3
Paraná	3.223.691	8	3.105.292	8	2.539.916	9	2.063.324	10	-3,67%	2	-18,21%	9	-18,76%	1	-35,99%	2
Paraíba	2.147.978	10	2.302.571	11	1.925.194	12	1.913.035	11	7,20%	10	-16,39%	11	-0,63%	25	-10,94%	14
Pará	1.573.926	15	2.445.275	10	3.511.766	7	3.341.694	7	55,36%	22	43,61%	25	-4,84%	22	112,32%	24
Pernambuco	4.557.743	4	5.005.519	5	4.716.563	4	4.361.194	4	9,82%	12	-5,77%	21	-7,53%	15	-4,31%	17
Piauí	1.999.030	11	1.996.252	14	1.814.083	13	1.591.517	14	-0,14%	3	-9,13%	16	-12,27%	11	-20,39%	8
Rio Grande do Norte	1.596.223	14	1.756.116	15	1.526.867	16	1.409.591	16	10,02%	14	-13,05%	12	-7,68%	14	-11,69%	13
Rio Grande do Sul	2.801.816	9	3.080.536	9	2.486.809	10	2.155.858	9	9,95%	13	-19,27%	6	-13,31%	8	-23,05%	6
Rio de Janeiro	3.612.671	7	3.669.324	7	3.328.024	8	2.829.293	8	1,57%	4	-9,30%	15	-14,99%	5	-21,68%	7
Rondônia	316.126	24	381.109	24	638.703	22	557.853	23	20,56%	20	67,59%	26	-12,66%	9	76,47%	22
Roraima	32.461	27	150.938	27	172.775	27	182.371	27	364,98%	27	14,47%	23	5,55%	27	461,82%	27
Santa Catarina	1.352.151	16	1.240.493	18	832.639	20	683.495	20	-8,26%	1	-32,88%	1	-17,91%	2	-49,45%	1
Sergipe	938.929	19	1.091.897	19	1.023.897	18	894.826	18	16,29%	19	-6,23%	20	-12,61%	10	-4,70%	16
São Paulo	6.374.216	3	9.193.370	1	7.356.412	2	6.170.591	2	44,23%	21	-19,98%	5	-16,12%	4	-3,19%	19
Tocantins	684.221	22	759.892	22	619.378	23	577.681	22	11,06%	17	-18,49%	8	-6,73%	17	-15,57%	10

Fonte: elaboração do LEP/CAEN a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notas: * linha de pobreza igual a 1/2 salário mínimo (R\$ 190,00 em reais de setembro de 2007).

Coluna RK: rank nacional, elaborado do maior para o menor número de pobres e, para as variações, da maior para a menor redução.

TABELA 5A: Número de Indigentes* por Unidades Federativas

Unidades	1995		2002		2006		2007		(95-02)%		(02-06)%		(06-07)%		(95-07)%	
	Nr Ind	RK	Nr Ind	RK	Nr Ind	RK	Nr Ind	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK
Acre	55.304	25	104.653	26	167.575	25	197.106	22	89,23%	24	60,12%	27	17,62%	25	256,40%	26
Alagoas	1.070.809	12	1.329.504	7	1.091.120	8	927.626	8	24,16%	19	-17,93%	20	-14,98%	9	-13,37%	20
Amapá	55.030	26	121.663	25	88.580	26	117.908	26	121,08%	26	-27,19%	12	33,11%	27	114,26%	25
Amazonas	401.927	21	666.865	16	661.853	15	809.656	12	65,92%	22	-0,75%	24	22,33%	26	101,44%	24
Bahia	4.904.902	1	5.246.140	1	3.738.137	1	3.391.458	1	6,96%	14	-28,75%	11	-9,27%	20	-30,86%	9
Ceará	2.854.237	3	2.929.765	4	2.395.610	2	2.204.137	2	2,65%	11	-18,23%	18	-7,99%	21	-22,78%	15
Distrito Federal	141.677	23	272.130	23	179.893	24	140.980	25	92,08%	25	-33,89%	5	-21,63%	3	-0,49%	21
Espírito Santo	587.915	16	568.595	18	371.603	18	330.097	18	-3,29%	6	-34,65%	3	-11,17%	15	-43,85%	6
Goiás	858.621	14	824.711	15	509.920	16	453.621	16	-3,95%	5	-38,17%	2	-11,04%	17	-47,17%	3
Maranhão	2.578.945	4	2.617.916	6	2.294.850	5	1.991.838	4	1,51%	10	-12,34%	22	-13,20%	10	-22,77%	16
Mato Grosso	443.914	19	417.047	19	303.930	19	241.943	20	-6,05%	4	-27,12%	13	-20,40%	4	-45,50%	5
Mato Grosso do Sul	295.733	22	298.200	22	206.023	23	167.988	23	0,83%	9	-30,91%	8	-18,46%	7	-43,20%	7
Minas Gerais	3.388.384	2	3.495.102	2	2.080.118	6	1.815.351	6	3,15%	12	-40,48%	1	-12,73%	13	-46,42%	4
Paraná	1.505.728	7	1.198.489	12	826.139	13	645.921	15	-20,40%	2	-31,07%	7	-21,81%	2	-57,10%	2
Paraíba	1.244.893	10	1.301.464	8	856.715	11	894.993	10	4,54%	13	-34,17%	4	4,47%	24	-28,11%	12
Pará	701.306	15	1.169.883	13	1.509.774	7	1.228.420	7	66,81%	23	29,05%	25	-18,64%	5	75,16%	23
Pernambuco	2.417.688	5	2.889.906	5	2.351.214	3	2.089.035	3	19,53%	18	-18,64%	17	-11,15%	16	-13,59%	19
Piauí	1.266.522	9	1.246.053	10	1.019.684	10	888.292	11	-1,62%	8	-18,17%	19	-12,89%	12	-29,86%	11
Rio Grande do Norte	864.607	13	969.133	14	730.300	14	656.925	14	12,09%	16	-24,64%	15	-10,05%	18	-24,02%	14
Rio Grande do Sul	1.100.391	11	1.217.065	11	846.066	12	763.490	13	10,60%	15	-30,48%	10	-9,76%	19	-30,62%	10
Rio de Janeiro	1.284.176	8	1.249.008	9	1.061.845	9	926.734	9	-2,74%	7	-14,98%	21	-12,72%	14	-27,83%	13
Rondônia	128.200	24	169.979	24	258.529	21	216.366	21	32,59%	20	52,09%	26	-16,31%	8	68,77%	22
Roraima	6.865	27	80.531	27	70.957	27	66.626	27	1073,07%	27	-11,89%	23	-6,10%	22	870,52%	27
Santa Catarina	500.250	18	353.209	21	239.137	22	164.167	24	-29,39%	1	-32,30%	6	-31,35%	1	-67,18%	1
Sergipe	524.100	17	600.562	17	467.218	17	406.414	17	14,59%	17	-22,20%	16	-13,01%	11	-22,45%	17
São Paulo	2.265.506	6	3.328.632	3	2.305.481	4	1.878.143	5	46,93%	21	-30,74%	9	-18,54%	6	-17,10%	18
Tocantins	417.392	20	360.154	20	265.311	20	257.270	19	-13,71%	3	-26,33%	14	-3,03%	23	-38,36%	8

Fonte: elaboração do LEP/CAEN a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notas: * linha de indigência igual a 1/4 salário mínimo (R\$ 95,00 em reais de setembro de 2007).

Coluna RK: rank nacional, elaborado do maior para o menor número de indigentes e, para as variações, da maior para a menor redução.

TABELA 6A: Proporção de Pobres* por Unidades Federativas

Unidades	1995		2002		2006		2007		(95-02)%		(02-06)%		(06-07)%		(95-07)%	
	P.P.	RK	P.P.	RK	P.P.	RK	P.P.	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK
Acre	37,90%	20	48,27%	15	51,34%	8	49,28%	8	27,36%	24	6,36%	27	-4,01%	24	30,03%	26
Alagoas	67,64%	4	72,18%	1	64,51%	1	57,53%	2	6,71%	21	-10,63%	23	-10,82%	13	-14,95%	21
Amapá	38,71%	18	53,44%	13	42,35%	15	39,63%	15	38,05%	26	-20,75%	12	-6,42%	23	2,38%	24
Amazonas	44,80%	15	54,87%	11	47,64%	12	48,01%	9	22,48%	22	-13,18%	18	0,78%	26	7,17%	25
Bahia	64,64%	6	64,46%	6	54,10%	6	50,33%	7	-0,28%	15	-16,07%	16	-6,97%	20	-22,14%	15
Ceará	67,27%	5	64,50%	5	56,39%	4	51,95%	4	-4,12%	11	-12,57%	20	-7,87%	18	-22,77%	14
Distrito Federal	22,65%	25	28,98%	24	21,18%	25	17,82%	25	27,95%	25	-26,92%	3	-15,86%	6	-21,32%	17
Espírito Santo	44,92%	14	42,41%	16	30,82%	19	25,99%	20	-5,59%	10	-27,33%	2	-15,67%	7	-42,14%	4
Goiás	45,05%	13	39,21%	20	30,02%	20	24,40%	21	-12,96%	3	-23,44%	8	-18,72%	3	-45,84%	3
Maranhão	73,18%	1	72,12%	2	63,09%	2	57,80%	1	-1,45%	12	-12,52%	21	-8,38%	17	-21,02%	18
Mato Grosso	42,98%	16	40,14%	18	32,50%	17	30,05%	17	-6,61%	8	-19,03%	13	-7,54%	19	-30,08%	10
Mato Grosso do Sul	40,76%	17	38,29%	21	29,23%	21	27,28%	19	-6,06%	9	-23,66%	7	-6,67%	21	-33,07%	9
Minas Gerais	45,05%	12	41,58%	17	31,09%	18	27,29%	18	-7,70%	6	-25,23%	4	-12,22%	12	-39,42%	5
Paraná	36,94%	21	31,33%	22	24,40%	22	19,58%	22	-15,19%	2	-22,12%	10	-19,75%	1	-47,00%	2
Paraíba	64,16%	7	65,42%	4	53,06%	7	52,33%	3	1,96%	19	-18,89%	14	-1,38%	25	-18,44%	19
Pará	53,61%	11	53,33%	14	49,21%	11	45,93%	10	-0,52%	14	-7,73%	25	-6,67%	22	-14,33%	22
Pernambuco	61,07%	9	61,30%	8	55,37%	5	50,67%	6	0,38%	17	-9,67%	24	-8,49%	16	-17,03%	20
Piauí	73,14%	2	68,25%	3	59,64%	3	51,82%	5	-6,69%	7	-12,62%	19	-13,11%	11	-29,15%	11
Rio Grande do Norte	61,59%	8	60,78%	9	50,05%	10	45,59%	11	-1,32%	13	-17,65%	15	-8,91%	14	-25,98%	12
Rio Grande do Sul	29,17%	22	29,30%	23	22,64%	23	19,42%	23	0,45%	18	-22,73%	9	-14,22%	8	-33,42%	8
Rio de Janeiro	27,11%	24	24,65%	25	21,34%	24	17,94%	24	-9,07%	4	-13,43%	17	-15,93%	5	-33,83%	7
Rondônia	38,70%	19	39,98%	19	40,75%	16	34,97%	16	3,31%	20	1,93%	26	-14,18%	9	-9,64%	23
Roraima	18,60%	27	54,03%	12	42,61%	14	43,68%	13	190,48%	27	-21,14%	11	2,51%	27	134,84%	27
Santa Catarina	27,86%	23	22,11%	27	13,94%	27	11,27%	27	-20,64%	1	-36,95%	1	-19,15%	2	-59,55%	1
Sergipe	58,26%	10	58,21%	10	51,03%	9	43,87%	12	-0,08%	16	-12,33%	22	-14,03%	10	-24,70%	13
São Paulo	18,85%	26	23,74%	26	17,87%	26	14,77%	26	25,94%	23	-24,73%	6	-17,35%	4	-21,64%	16
Tocantins	67,70%	3	61,72%	7	46,32%	13	42,35%	14	-8,83%	5	-24,95%	5	-8,57%	15	-37,44%	6

Fonte: elaboração do LEP/CAEN a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notas: * linha de pobreza igual a 1/2 salário mínimo (R\$ 190,00 em reais de setembro de 2007).

Coluna RK: rank nacional, elaborado da maior para a menor proporção de pobres e, para as variações, da maior para a menor redução.

TABELA 7A: Proporção de Indigentes* por Unidades Federativas

Unidades	1995		2002		2006		2007		(95-02)%		(02-06)%		(06-07)%		(95-07)%	
	P.I.	RK	P.I.	RK	P.I.	RK	P.I.	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK
Acre	18,15%	18	25,88%	13	25,25%	7	29,02%	3	42,59%	25	-2,43%	27	14,93%	25	59,89%	26
Alagoas	39,73%	5	45,55%	1	35,70%	2	30,00%	2	14,65%	21	-21,62%	21	-15,97%	9	-24,49%	22
Amapá	19,53%	16	25,20%	15	14,30%	16	18,41%	13	29,03%	24	-43,25%	2	28,74%	27	-5,73%	24
Amazonas	23,11%	12	29,10%	11	19,75%	13	23,60%	9	25,92%	22	-32,13%	15	19,49%	26	2,12%	25
Bahia	38,65%	6	39,04%	4	26,75%	6	24,04%	8	1,01%	17	-31,48%	16	-10,13%	20	-37,80%	12
Ceará	42,39%	3	37,74%	5	29,08%	4	26,37%	5	-10,97%	8	-22,95%	19	-9,32%	21	-37,79%	13
Distrito Federal	8,12%	25	12,42%	22	7,52%	24	5,77%	25	52,96%	26	-39,45%	4	-23,27%	2	-28,94%	20
Espírito Santo	21,02%	13	17,48%	18	10,70%	17	9,35%	17	-16,84%	6	-38,79%	6	-12,62%	16	-55,52%	5
Goiás	19,85%	15	15,53%	20	8,87%	21	7,74%	20	-21,76%	4	-42,88%	3	-12,74%	15	-61,01%	3
Maranhão	49,14%	1	44,55%	2	37,02%	1	31,72%	1	-9,34%	10	-16,90%	25	-14,32%	11	-35,45%	16
Mato Grosso	19,05%	17	15,72%	19	10,60%	19	8,28%	19	-17,48%	5	-32,57%	13	-21,89%	4	-56,54%	4
Mato Grosso do Sul	15,40%	21	13,74%	21	8,94%	20	7,19%	21	-10,78%	9	-34,93%	9	-19,57%	7	-53,31%	8
Minas Gerais	20,48%	14	18,83%	16	10,66%	18	9,18%	18	-8,06%	12	-43,39%	1	-13,88%	12	-55,18%	6
Paraná	17,25%	19	12,09%	23	7,94%	22	6,13%	23	-29,91%	2	-34,33%	11	-22,80%	3	-64,46%	2
Paraíba	37,18%	7	36,98%	6	23,61%	9	24,48%	6	-0,54%	14	-36,15%	8	3,68%	24	-34,16%	17
Pará	23,89%	11	25,51%	14	21,16%	11	16,88%	14	6,78%	18	-17,05%	24	-20,23%	5	-29,34%	19
Pernambuco	32,39%	10	35,39%	7	27,60%	5	24,27%	7	9,26%	19	-22,01%	20	-12,07%	17	-25,07%	21
Piauí	46,34%	2	42,60%	3	33,53%	3	28,93%	4	-8,07%	11	-21,29%	22	-13,72%	13	-37,57%	14
Rio Grande do Norte	33,36%	8	33,54%	8	23,94%	8	21,25%	10	0,54%	15	-28,62%	17	-11,24%	18	-36,30%	15
Rio Grande do Sul	11,46%	22	11,57%	24	7,70%	23	6,88%	22	0,96%	16	-33,45%	12	-10,65%	19	-39,97%	9
Rio de Janeiro	9,64%	24	8,39%	26	6,81%	25	5,88%	24	-12,97%	7	-18,83%	23	-13,66%	14	-39,00%	10
Rondônia	15,70%	20	17,83%	17	16,50%	15	13,56%	16	13,57%	20	-7,46%	26	-17,82%	8	-13,63%	23
Roraima	3,93%	27	28,82%	12	17,50%	14	15,96%	15	633,33%	27	-39,28%	5	-8,80%	22	306,11%	27
Santa Catarina	10,31%	23	6,30%	27	4,00%	27	2,71%	27	-38,89%	1	-36,51%	7	-32,25%	1	-73,71%	1
Sergipe	32,52%	9	32,02%	9	23,28%	10	19,93%	11	-1,54%	13	-27,30%	18	-14,39%	10	-38,71%	11
São Paulo	6,70%	26	8,59%	25	5,60%	26	4,50%	26	28,21%	23	-34,81%	10	-19,64%	6	-32,84%	18
Tocantins	41,30%	4	29,25%	10	19,84%	12	18,86%	12	-29,18%	3	-32,17%	14	-4,94%	23	-54,33%	7

Fonte: elaboração do LEP/CAEN a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notas: * linha de indigência igual a 1/4 salário mínimo (R\$ 95,00 em reais de setembro de 2007).

Coluna RK: rank nacional, elaborado da maior para a menor proporção de indigentes e, para as variações, da maior para a menor redução.

TABELA 8A: Índice de Desigualdade de Gini por Unidades Federativas

Unidades	1995		2002		2006		2007		(95-02)%		(02-06)%		(06-07)%		(95-07)%	
	I.G.	RK	I.G.	RK	I.G.	RK	I.G.	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK	VAR	RK
Acre	59,41%	10	63,83%	1	60,48%	5	62,24%	1	7,45%	25	-5,25%	15	2,91%	21	4,77%	25
Alagoas	65,01%	1	61,49%	5	63,36%	1	61,62%	3	-5,41%	5	3,05%	26	-2,75%	8	-5,21%	16
Amapá	54,19%	24	56,60%	20	49,04%	26	52,73%	21	4,44%	22	-13,36%	1	7,52%	27	-2,70%	22
Amazonas	58,57%	15	58,10%	11	53,10%	20	56,64%	10	-0,80%	16	-8,60%	2	6,66%	26	-3,29%	19
Bahia	61,21%	5	60,33%	7	56,82%	11	56,55%	11	-1,43%	15	-5,82%	11	-0,48%	15	-7,61%	11
Ceará	62,71%	3	60,00%	8	55,93%	13	55,76%	12	-4,33%	8	-6,78%	8	-0,30%	16	-11,08%	6
Distrito Federal	58,62%	14	63,40%	2	60,99%	4	61,75%	2	8,15%	26	-3,80%	18	1,26%	19	5,35%	26
Espírito Santo	60,56%	7	58,38%	10	53,85%	15	52,84%	20	-3,60%	10	-7,77%	5	-1,87%	11	-12,75%	3
Goiás	55,97%	22	55,90%	21	51,39%	25	52,91%	17	-0,12%	18	-8,06%	4	2,95%	22	-5,47%	15
Maranhão	59,38%	11	58,09%	12	61,09%	2	57,11%	7	-2,17%	13	5,16%	27	-6,52%	2	-3,82%	18
Mato Grosso	56,00%	21	57,70%	14	53,63%	16	52,01%	23	3,03%	20	-7,04%	6	-3,03%	7	-7,13%	12
Mato Grosso do Sul	55,50%	23	56,63%	19	53,59%	17	56,84%	8	2,04%	19	-5,37%	14	6,05%	25	2,40%	24
Minas Gerais	59,24%	12	56,67%	18	53,30%	18	52,12%	22	-4,33%	7	-5,96%	10	-2,20%	9	-12,02%	5
Paraná	58,12%	18	54,26%	26	52,27%	23	52,88%	19	-6,63%	3	-3,67%	19	1,16%	18	-9,02%	8
Paraíba	62,44%	4	61,35%	6	57,63%	8	60,55%	4	-1,75%	14	-6,05%	9	5,07%	24	-3,02%	20
Pará	58,18%	17	57,72%	13	52,85%	21	53,71%	16	-0,79%	17	-8,45%	3	1,63%	20	-7,70%	10
Pernambuco	58,54%	16	62,14%	4	59,33%	6	56,81%	9	6,15%	24	-4,52%	16	-4,24%	4	-2,95%	21
Piauí	59,83%	8	63,26%	3	61,00%	3	60,54%	5	5,74%	23	-3,57%	20	-0,76%	14	1,20%	23
Rio Grande do Norte	60,77%	6	59,44%	9	56,91%	9	57,25%	6	-2,19%	12	-4,25%	17	0,60%	17	-5,79%	14
Rio Grande do Sul	56,83%	20	55,22%	25	52,03%	24	50,93%	25	-2,84%	11	-5,79%	12	-2,10%	10	-10,39%	7
Rio de Janeiro	57,79%	19	55,51%	23	56,11%	12	55,32%	13	-3,94%	9	1,09%	24	-1,40%	12	-4,26%	17
Rondônia	59,18%	13	55,34%	24	55,28%	14	51,73%	24	-6,48%	4	-0,10%	22	-6,42%	3	-12,57%	4
Roraima	43,76%	27	56,76%	17	57,88%	7	52,90%	18	29,69%	27	1,98%	25	-8,61%	1	20,87%	27
Santa Catarina	54,13%	25	47,47%	27	46,99%	27	46,53%	27	-12,30%	1	-1,01%	21	-0,97%	13	-14,03%	1
Sergipe	59,44%	9	56,80%	16	56,86%	10	54,81%	15	-4,45%	6	0,10%	23	-3,60%	6	-7,79%	9
São Paulo	54,04%	26	55,80%	22	52,59%	22	50,62%	26	3,26%	21	-5,75%	13	-3,75%	5	-6,33%	13
Tocantins	63,40%	2	57,07%	15	53,15%	19	55,27%	14	-9,97%	2	-6,87%	7	3,99%	23	-12,81%	2

Fonte: elaboração do LEP/CAEN a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Notas: * índice de Gini calculado a partir da amostra completa da PNAD (utilizando ponderações)

Coluna RK: rank nacional, elaborado do maior para o menor índice de Gini e, para as variações, da maior para a menor redução neste indicador.